



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA CONFISSÃO
NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

João Lucas Silva Ferreira

Rio de Janeiro
2024

JOÃO LUCAS SILVA FERREIRA

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA CONFISSÃO
NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Artigo científico apresentado como exigência
de conclusão de Curso de Pós-graduação
Lato Sensu da Escola da Magistratura do
Estado do Rio de Janeiro. Professores
Orientadores: Ubirajara da Fonseca Neto;
Rafael Mario Iorio Filho.

Rio de Janeiro
2024

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

João Lucas Silva Ferreira

Bacharel em Direito pela
Universidade Salgado de Oliveira
(Universo) – Campus. Niterói-RJ.
Advogado.

Resumo – O presente artigo tem como objetivo analisar a (in)constitucionalidade da confissão no contexto do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no Código de Processo Penal brasileiro pela Lei nº 13.964/2019. A pesquisa aborda a aplicação do ANPP, que permite ao Ministério Público oferecer ao acusado a possibilidade de evitar o prosseguimento da ação penal, desde que haja a confissão do crime e o cumprimento de requisitos legais. A confissão, por sua vez, gera controvérsias sobre sua compatibilidade com os princípios constitucionais, como o direito ao silêncio e a presunção de inocência. A análise se concentra na interpretação dos dispositivos constitucionais e na jurisprudência dos tribunais superiores, buscando identificar os limites e garantias do acusado diante da aceitação do acordo. Conclui-se que, apesar das vantagens do ANPP, existem preocupações sobre a pressão psicológica sobre o réu e a possível violação de direitos fundamentais, o que exige um estudo aprofundado para equilibrar a eficácia do instituto e a proteção das garantias constitucionais.

Palavras-chave: Acordo de Não Persecução Penal. Confissão. Constitucionalidade. Direitos Fundamentais. Processo Penal.

Sumário – Introdução. 1. Importância da cadeia de custódia e seus processos no inquérito policial. 2. Principais meios de prova no inquérito policial e a ampla defesa. 3. Relação do inquérito policial com a prova colhida e a persecução penal. Conclusão. Referências.

INTRODUÇÃO

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei nº 13.964/2019, representa uma significativa inovação no processo penal, oferecendo uma alternativa ao rito tradicional da persecução penal. Esse acordo permite que, em determinados casos, o Ministério Público e o investigado celebrem um compromisso para evitar o prosseguimento de uma ação penal, com a condição de que o acusado cumpra certos requisitos legais. Dentre esses requisitos, destaca-se a confissão formal e detalhada do delito por parte do investigado, sendo essa confissão uma das condições essenciais para que o acordo seja formalizado.

Essa exigência tem gerado uma ampla discussão no meio jurídico, especialmente no que se refere à compatibilidade dessa prática com os princípios constitucionais fundamentais que regem o ordenamento jurídico brasileiro, como o direito à ampla defesa e o direito ao silêncio. A confissão, por sua própria natureza, carrega uma forte carga de autoincriminação, o que levanta a questão de sua validade e adequação no contexto do ANPP. A Constituição

Federal, em seu artigo 5º, inciso LXIII, assegura que ninguém será compelido a produzir prova contra si mesmo, estabelecendo o direito à não autoincriminação como uma das bases do Estado democrático de direito. A imposição da confissão, nesse sentido, pode ser vista como uma forma de coerção, desafiando o princípio constitucional da liberdade de não autoincriminação.

Além disso, o ANPP foi concebido com o intuito de tornar o processo penal mais célere, ao mesmo tempo em que visa desburocratizar o sistema judiciário, proporcionando uma solução mais rápida para infrações de menor gravidade. Contudo, isso levanta outra problemática relevante: a busca pela eficiência do sistema de justiça penal pode, de alguma maneira, comprometer os direitos fundamentais do indivíduo, especialmente no tocante à sua liberdade de escolha e proteção contra a autoincriminação. A implementação do ANPP precisa, portanto, ser analisada cuidadosamente, considerando os possíveis impactos sobre a proteção dos direitos constitucionais do investigado.

No cenário jurídico atual, diversos posicionamentos doutrinários têm surgido para lidar com esse dilema. Uma corrente sugere que a confissão no ANPP não deve ser entendida como uma prova incontestável de culpa, mas sim como um indício que poderia ser utilizado em conjunto com outras evidências. Outra vertente propõe uma revisão da legislação para garantir que a confissão não seja uma imposição, mas sim um ato voluntário, respeitando o princípio da não autoincriminação. Também há aqueles que defendem uma regulamentação mais rigorosa para assegurar que a confissão não seja induzida ou forçada, a fim de evitar abusos no processo.

Portanto, a questão da confissão no Acordo de Não Persecução Penal é um tema multifacetado, que exige uma análise aprofundada e equilibrada entre os objetivos da política criminal, como a celeridade e a eficiência, e os direitos constitucionais fundamentais, especialmente o direito à defesa e o princípio da não autoincriminação. Este estudo se propõe a contribuir para o debate acadêmico e jurídico, refletindo sobre os limites e as possibilidades da aplicação do ANPP, à luz dos princípios constitucionais, e oferecendo subsídios para uma melhor compreensão do impacto desse instituto no sistema penal brasileiro.

1. QUAL É O VALOR DA CONFISSÃO EM CASO DE RESCISÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL?

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) oferece ao investigado a possibilidade de evitar a persecução penal, desde que cumpra certos requisitos, entre eles a confissão formal do crime.

O presente capítulo busca explorar o papel da confissão nesse contexto específico, analisando como ela pode ser utilizada em caso de rescisão do ANPP e quais as consequências legais desse ato. Em situações de descumprimento das condições acordadas, o Ministério Público pode optar por rescindir o acordo e retomar o curso da ação penal, utilizando a confissão como um elemento relevante no processo. Nesse sentido, o estudo se propõe a investigar até que ponto a confissão, inicialmente considerada como um elemento de prova favorável para o investigado, pode ser desconsiderada ou reinterpretada após a rescisão do acordo.

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) foi instituído pela Lei nº 13.964/2019¹, parte do Pacote Anticrime, e tem como um de seus principais objetivos otimizar o processo penal, oferecendo uma alternativa à persecução tradicional para crimes de menor gravidade. Em seu cerne, o ANPP permite que o investigado, ao confessar a prática do delito, obtenha benefícios como a suspensão do processo ou a não instauração da ação penal, desde que cumpra determinadas condições impostas pelo Ministério Público. No entanto, questões surgem quando este acordo é rescindido, especialmente no que diz respeito ao valor probatório da confissão realizada dentro deste contexto.

O Código de Processo Penal ao tratar da inadmissibilidade das provas ilícitas, traz em seu artigo 157, parágrafo 5º², uma disposição que afeta diretamente a questão da rescisão do ANPP. Este dispositivo estabelece que "são também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras".³

¹BRASIL. **LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

²BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941.** Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

³*Ibid.*

Essa norma alimenta o debate sobre a confissão obtida em um ANPP rescindido ser considerada uma prova ilícita e, portanto, inadmissível, sendo essencial analisar sua aplicação no contexto específico do acordo.

O Acordo de Não Persecução Penal depende, entre outros fatores, da confissão do acusado, o que constitui um de seus requisitos essenciais. A confissão, no caso, não é espontânea, mas realizada com a condição de obtenção de benefícios processuais específicos, isto é, o acusado admite a prática do crime, não por uma vontade de colaborar com a verdade ou confessar por razões próprias, mas como parte de uma estratégia que visa a obtenção de uma vantagem jurídica, como a suspensão do processo ou o não oferecimento da denúncia.⁴

Quando o acordo é rescindido, seja por descumprimento das condições estabelecidas pelo réu ou por outro motivo, a utilização dessa confissão no subsequente processo penal pode gerar controvérsias.

Um dos princípios fundamentais do direito penal é o *nemo tenetur se detegere*, ou seja, o direito do acusado de não produzir prova contra si mesmo. A confissão realizada no contexto do ANPP pode ser vista como condicionada à expectativa do benefício acordado, o que pode fragilizar sua natureza espontânea e livre. A rescisão do acordo coloca em evidência a questão de se essa confissão deve ser utilizada como prova contra o acusado em um processo penal subsequente. Isso gera um aparente conflito entre a necessidade de respeitar os direitos fundamentais do acusado e a eficiência do sistema de justiça, que busca punir o infrator de forma adequada.⁵

Ao analisar a confissão dentro deste contexto, a jurisprudência e a doutrina se deparam com o dilema de se uma confissão obtida com base em uma expectativa legítima de benefícios processuais pode ser considerada válida quando o acordo é rescindido. O temor é que o acusado tenha sido induzido a se confessar, não por uma vontade genuína de colaborar com a verdade, mas sob a pressão das vantagens processuais do ANPP.⁶

Outro aspecto a ser considerado é a expectativa legítima do acusado. A confissão foi realizada com base na promessa de um benefício jurídico claro, que poderia envolver a suspensão do processo ou a não instauração de ação penal. A rescisão do acordo, portanto, não apenas compromete a validade dos benefícios, mas pode também ser vista como uma

⁴CARDOSO, Arthur Martins Andrade. **Da confissão no acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/334134/da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 16 ago.2024

⁵*Ibid.*

⁶*Ibid.*

violação da boa-fé processual, caso a confissão, após o rompimento do acordo, seja utilizada de forma punitiva.⁷

A boa-fé processual exige que as partes atuem de maneira leal e transparente, e a utilização da confissão após a rescisão do ANPP poderia ser interpretada como um desrespeito à confiança do acusado, que se submeteu ao acordo com a legítima expectativa de que a confissão não seria utilizada em sua condenação, mas sim como parte de um processo de resolução mais célere e benéfico.⁸

A jurisprudência sobre o tema ainda está em desenvolvimento, e as decisões judiciais estão começando a delinear a interpretação do valor da confissão em um ANPP rescindido. Algumas decisões iniciais sugerem que a confissão pode ser considerada válida e utilizável no processo penal subsequente, desde que observados os direitos fundamentais do acusado, como o princípio do contraditório e da ampla defesa. Essa perspectiva busca equilibrar a necessidade de celeridade e eficiência do sistema penal com a proteção dos direitos individuais do acusado.⁹

Porém, outras correntes jurídicas defendem que a confissão obtida no contexto do ANPP rescindido não deve ser admitida, pois a rescisão do acordo retira os benefícios esperados pelo réu, e sua confissão foi obtida sob a expectativa de que não seria utilizada em um processo punitivo. Nesse sentido, a confissão passaria a ter um caráter de prova ilícita, sujeita à inadmissibilidade prevista no artigo 157, §5º, do Código de Processo Penal, uma vez que derivaria de um ato processual viciado por falta de boa-fé.¹⁰

O valor jurídico da confissão em um Acordo de Não Persecução Penal rescindido é, portanto, uma questão complexa, que envolve a interação entre o direito penal, os princípios constitucionais e a eficiência do sistema processual. O artigo 157, § 5º, do CPP¹¹, oferece uma base para discutir a inadmissibilidade das provas derivadas de meios ilícitos, mas a sua

⁷BOAVENTURA, Thiago Henrique. **Confissão no Processo Penal Brasileiro**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/confissao-no-processo-penal-brasileiro/419822004>. Acesso em: 16 ago.2024

⁸BOAVENTURA, Thiago Henrique. **Confissão no Processo Penal Brasileiro**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/confissao-no-processo-penal-brasileiro/419822004>. Acesso em: 16 ago.2024

⁹MOREIRA, Rômulo de Andrade. **O ANPP e o valor probatório da confissão - A posição do STJ** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-anpp-e-o-valor-probatorio-da-confissao-a-posicao-do-stj/1652940746>. Acesso em: 16 ago.2024

¹⁰COSTA, Eduardo Souza. **A (In)Constitucionalidade da Exigência da Confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em: 16 ago.2024

¹¹BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

aplicação no contexto do ANPP exige uma análise cautelosa e equilibrada. O futuro da jurisprudência sobre este tema dependerá da evolução do entendimento dos tribunais, que deverão pesar cuidadosamente os direitos do acusado, as implicações da rescisão do acordo e a necessidade de garantir um processo penal justo e eficiente.¹²

A análise do valor da confissão no caso de rescisão do Acordo de Não Persecução Penal, conforme o artigo 157, §5º, do CPP¹³, revela importantes implicações jurídicas e constitucionais. A confissão, enquanto requisito essencial para a formalização do acordo, adquire um papel distinto quando ocorre a rescisão do pacto. Embora inicialmente vista como uma cooperação voluntária do acusado, sua utilização no momento da revogação do acordo levanta questões sobre o respeito ao princípio da não autoincriminação, previsto pela Constituição Federal.

Por fim, conclui-se que, embora a confissão no contexto do ANPP seja um instrumento relevante para a celeridade processual, sua utilização em caso de rescisão deve ser cuidadosamente regulamentada para garantir que não haja violação dos direitos constitucionais do réu. O tratamento jurídico da confissão após a rescisão do acordo deve respeitar o devido processo legal, evitando que a busca pela eficiência processual comprometa as garantias fundamentais asseguradas pela Constituição.

2. OS EFEITOS DA CONFISSÃO E DA CONDENAÇÃO PARA ALÉM DO PROCESSO

O processo penal, enquanto instrumento de aplicação da justiça, deve respeitar as garantias constitucionais dos indivíduos, ao mesmo tempo em que visa à apuração da verdade e à responsabilização penal. A confissão, sendo um dos elementos mais relevantes no curso de um processo, tem implicações significativas tanto para o andamento da ação penal quanto para os efeitos subsequentes. Este capítulo se propõe a analisar os efeitos da confissão e da condenação para além do processo penal em que se deram, abordando como tais elementos podem influenciar outras esferas jurídicas, como a execução penal e eventuais repercussões em processos futuros.

Este capítulo busca explorar os impactos que a confissão e a condenação podem ter fora do âmbito do processo penal onde ocorreram, discutindo os aspectos jurídicos e

¹²BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

¹³Ibidem.

constitucionais envolvidos, como o direito à reabilitação, a presunção de inocência, e as limitações que podem surgir para o réu em situações posteriores. Será analisado também o impacto da confissão como elemento de julgamento em outros contextos processuais, considerando as implicações da aplicação de uma sentença penal transitada em julgado sobre a liberdade do réu e seus direitos em outras esferas legais. A reflexão sobre esses efeitos extrapola a esfera do processo penal individual e envolve um exame das repercussões jurídicas mais amplas de uma confissão ou condenação, especialmente em um sistema jurídico que se fundamenta na dignidade da pessoa humana e nas garantias constitucionais do acusado.

A confissão, como elemento de prova no processo penal, é uma das manifestações mais significativas no contexto da justiça criminal, refletindo uma aceitação voluntária da culpa por parte do acusado. Este ato não só influencia o desfecho do caso concreto, mas também gera efeitos jurídicos de longo alcance que podem reverberar em diversas esferas do direito, afetando diretamente a vida do réu. Portanto, é crucial compreender a abrangência de seus efeitos, tanto dentro quanto fora do processo penal em que ocorre.¹⁴

A confissão em um processo penal pode ter implicações diretas em processos subsequentes, especialmente quando o réu é reincidente. A reincidência é uma circunstância que pode agravar a pena, conforme disposto no artigo 63 do CPP¹⁵ que a define como a prática de um novo crime após uma condenação definitiva por crime anterior. Nesse contexto, a confissão, ao ser reconhecida formalmente, pode ser utilizada para comprovar a gravidade do comportamento do réu, influenciando a decisão em futuros processos, particularmente se o réu já foi condenado anteriormente por crimes semelhantes. A confissão também contribui para o fortalecimento da acusação em processos futuros, tornando mais difícil para o réu negar ou minimizar sua culpabilidade.¹⁶

Além das repercussões no âmbito penal, a confissão e a subsequente condenação podem produzir efeitos diretos em outras áreas do direito. No direito administrativo, a confissão, especialmente se relacionada a crimes cometidos no exercício de função pública, pode acelerar a aplicação de sanções administrativas severas, como a perda do cargo público.

¹⁴CAVALCANTI, João Gabriel Desiderato. **Entenda a confissão e seu valor probatório no processo penal.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entenda-a-confissao-e-seu-valor-probatorio-no-processo-penal/1330733669>. Acesso em: 10 set. 2024

¹⁵BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941.** Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

¹⁶CAVALCANTI, João Gabriel Desiderato. **Entenda a confissão e seu valor probatório no processo penal.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entenda-a-confissao-e-seu-valor-probatorio-no-processo-penal/1330733669>. Acesso em: 10 set. 2024

O artigo 92 do Código Penal¹⁷, por exemplo, prevê que a condenação criminal pode resultar na perda de cargo público, especialmente se o crime for praticado no exercício da função pública. Nesse caso, a confissão pode ser utilizada como elemento para comprovar a gravidade do ato ilícito, justificando a perda do cargo ou função.¹⁸

No âmbito civil, uma condenação penal decorrente de confissão pode servir como prova em ações indenizatórias. Em particular, em processos envolvendo crimes patrimoniais, como furto ou estelionato, a condenação penal do réu pode ser considerada como elemento de prova substancial para a responsabilização civil. A coisa julgada material, oriunda de uma condenação penal, pode ser aproveitada em processos civis de reparação de danos, permitindo que a vítima ou seus herdeiros obtenham uma compensação pela infração cometida. Esse fenômeno é especialmente relevante em casos de crimes que causem danos patrimoniais, morais ou psicológicos às vítimas.¹⁹

A confissão e a condenação também podem afetar os direitos políticos do réu. A Lei Complementar nº 135/2010²⁰, conhecida como a Lei da Ficha Limpa, estabelece que indivíduos condenados por crimes graves, como corrupção, peculato ou lavagem de dinheiro, ficam inelegíveis por um período de oito anos após o cumprimento da pena. Dessa forma, uma confissão que leve à condenação por tais crimes pode resultar em uma significativa restrição dos direitos políticos do réu, inviabilizando sua candidatura a cargos eletivos. A inelegibilidade não se restringe à pessoa condenada, mas também afeta suas possíveis articulações políticas futuras, causando danos à sua imagem pública e à sua capacidade de participar ativamente da vida política do país.²¹

¹⁷BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Institui o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 set.2024

¹⁸BOAVENTURA, Thiago Henrique. **Confissão no Processo Penal Brasileiro**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/confissao-no-processo-penal-brasileiro/419822004>. Acesso em: 10 set.2024

¹⁹BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Um fato, diversas consequências: a independência e as implicações entre as esferas civil, penal e administrativa**. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/18022024-Um-fato--diversas-consequencias-a-independencia-e-as-implicacoes-entre-as-esferas-civil-penal-e-administrativa.aspx>. Acesso em: 10 set. 2024.

²⁰BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 10 set. 2024

²¹BRANDÃO, Alessi. **A inelegibilidade nos acordos de não persecução penal nos crimes eleitorais**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-fev-26/alessi-brandao-inelegibilidade-anpps-crimes-eleitorais/>. Acesso em: 10 set. 2024

Os efeitos de uma confissão não se limitam ao campo jurídico, também possui implicações sociais e pessoais, dado o estigma que pode recair sobre o réu. A confissão de um crime, especialmente em casos de grande repercussão midiática, pode prejudicar irreparavelmente a reputação do indivíduo, dificultando sua reintegração à sociedade. Esse estigma social pode acarretar a exclusão do réu de círculos profissionais, dificuldades em encontrar emprego, ou até a perda de amizades e conexões pessoais. A reintegração social do condenado, nesse contexto, se torna um desafio, pois a sociedade tende a tratar aqueles que confessam crimes de forma mais severa, associando-os de maneira permanente ao ato ilícito.²² Em algumas circunstâncias, a confissão pode ser parte de um acordo de cooperação premiada ou do Acordo de Não Persecução Penal, nos quais o réu se compromete a colaborar com a justiça em troca de benefícios, como a redução de pena ou até mesmo a exclusão de uma condenação. Contudo, mesmo nesses casos, a confissão pode gerar efeitos em processos futuros, especialmente se o réu descumprir as condições do acordo. O não cumprimento pode resultar na utilização da confissão obtida durante o processo de colaboração premiada ou ANPP em novos processos, como se a confissão tivesse sido obtida sem os benefícios acordados. Este cenário destaca o caráter multifacetado da confissão e sua relevância não só para o caso em questão, mas também para o futuro do réu dentro do sistema de justiça.²³

Em síntese, a confissão é uma das provas mais complexas no processo penal, com repercussões que vão além do caso em que é realizada. Seus efeitos podem se estender ao reconhecimento da reincidência criminal, afetar processos civis e administrativos, gerar repercussões nos direitos políticos do réu e até mesmo impactar sua vida social e pessoal. A confissão, portanto, não é apenas um ato jurídico, mas um evento com consequências duradouras e significativas que podem impactar profundamente a vida do acusado, tanto no âmbito legal quanto fora dele. Dessa forma, sua análise deve ser feita com cautela e consideração de todos os seus desdobramentos potenciais.

²²NAGIMA, Irving Marc Shikasho. **Da confissão no direito processual penal**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7428/Da-confissao-no-direito-processual-penal>. Acesso em: 10 set. 2024

²³NICOLAI, Thiago e FERREIRA, Renata Rodrigues de Abreu. **A posição do STJ sobre a valoração da confissão no ANPP**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-08/nicolaie-ferreira-stj-valoracao-confissao-anpp/>. Acesso em: 10 set. 2024

3. A RESCISÃO DO ACORDO E AS CONDIÇÕES JÁ CUMPRIDAS

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) surge como uma ferramenta inovadora no sistema de justiça penal brasileiro, buscando acelerar a resolução de casos de menor complexidade por meio da negociação entre o Ministério Público e o investigado. A eficácia do ANPP depende do cumprimento integral das condições acordadas, incluindo a confissão do delito e a reparação do dano, entre outras obrigações. No entanto, o sistema prevê a possibilidade de rescisão do acordo, caso o acusado descumpra algum dos termos estabelecidos.

Este capítulo se dedica a analisar as implicações jurídicas e constitucionais da rescisão do Acordo de Não Persecução Penal, com foco especial nas condições que já foram cumpridas pelo investigado. A questão central que se coloca é: o cumprimento parcial das condições do acordo deve ser levado em consideração no momento da rescisão, e, em caso afirmativo, quais as consequências legais para o investigado? Em outras palavras, o cumprimento de certas condições pode gerar efeitos positivos para o acusado, mesmo que o acordo venha a ser rescindido por descumprimento de outras obrigações?

A rescisão do acordo, prevista no artigo 28-A, §4º, do CPP²⁴, permite que o Ministério Público retome a persecução penal, considerando o não cumprimento das condições acordadas. No entanto, a análise das condições já cumpridas exige uma reflexão aprofundada sobre a natureza das obrigações assumidas e os efeitos que a rescisão pode gerar, tanto no âmbito processual quanto em relação ao direito do acusado de ter sua situação reconsiderada de forma justa.²⁵

O impacto jurídico da rescisão do ANPP em face das condições que já foram integralmente cumpridas, e como o sistema de justiça deve tratar as obrigações já atendidas para evitar injustiças ou prejuízos ao réu. A questão central envolve um equilíbrio entre a necessidade de garantir a eficácia do acordo e a proteção dos direitos do acusado, de modo que o ordenamento jurídico respeite as garantias constitucionais, mesmo quando o acordo é rescindido.²⁶

²⁴BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

²⁵ADORNO, Diego. **Análise do artigo 28-A, do Código de Processo Penal**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-do-artigo-28-a-do-codigo-de-processo-penal/2557052968>. Acesso em: 20 out. 2024

²⁶BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Acordo de não persecução penal: a novidade do Pacote Anticrime interpretada pelo STJ**. Disponível em:

A rescisão de um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) configura uma situação jurídica complexa, especialmente no que se refere às condições previamente cumpridas pelo investigado. Esse mecanismo, instituído pela Lei nº 13.964/2019²⁷, oferece uma alternativa à persecução penal tradicional, proporcionando ao investigado a possibilidade de evitar o processo penal, desde que cumpra determinadas condições acordadas com o Ministério Público. Contudo, a questão da rescisão do acordo suscita uma série de dúvidas e discussões sobre as consequências jurídicas da devolução ou manutenção de condições já cumpridas, como o pagamento de indenizações, prestação de serviços comunitários, entre outras.²⁸

A legislação pertinente ao Acordo de Não Persecução Penal estabelece que, em caso de descumprimento de suas condições, o processo penal será retomado, e as provas produzidas exclusivamente em razão do acordo, como uma eventual confissão, por exemplo, não poderão ser utilizadas. O artigo 28-A, §13º, do CPP²⁹ é claro ao afirmar que, no caso de descumprimento do ANPP, o processo será retomado, mas não menciona diretamente o destino das condições já cumpridas até o momento da rescisão.³⁰

Esse vazio legislativo dá margem para a interpretação de que as condições já cumpridas pelo investigado devem ser preservadas, a menos que o acordo tenha sido anulado por vício formal ou substancial. Essa abordagem visa proteger o princípio da boa-fé processual e evitar penalidades desproporcionais, refletindo o entendimento de que as obrigações já cumpridas não podem ser desfeitas ou devolvidas unilateralmente pelo Estado.³¹

Em linha com a interpretação de doutrinadores renomados, como Aury Lopes Jr. e Gustavo Badaró, a rescisão do ANPP não pode prejudicar a parte que já cumpriu suas obrigações de boa-fé. Aury Lopes Jr. argumenta que o investigado, ao cumprir as condições estabelecidas, já usufrui de parte dos benefícios advindos do acordo, como a suspensão ou a extinção temporária do processo penal. Portanto, a devolução dos valores pagos ou a reversão

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12032023-Acordo-de-nao-persecuacao-penal-a-novidade-do-Pacote-Anticrime-interpretada-pelo-STJ.aspx>. Acesso em: 20 out.2024

²⁷BRASIL. **LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019.** Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 20 out.2024.

²⁸SILVEIRA, Eraldo Ribeiro Aragão. **Acordo de Não Persecução Penal - Art. 28-A do CPP.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordo-de-nao-persecuacao-penal-art-28-a-do-cpp/839865077>. Acesso em: 20 out. 2024

²⁹BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941.** Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

³⁰SILVEIRA, Eraldo Ribeiro Aragão. **Acordo de Não Persecução Penal - Art. 28-A do CPP.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordo-de-nao-persecuacao-penal-art-28-a-do-cpp/839865077>. Acesso em: 20 out. 2024

³¹ Ibidem

dos serviços prestados à comunidade não se justificariam, uma vez que representariam um retorno a um estágio anterior à celebração do acordo. A lógica por trás dessa interpretação é a de que o investigado agiu com confiança no cumprimento do pactuado, não podendo ser penalizado pela quebra do acordo que ocorreu por fatores alheios à sua conduta.³²

Gustavo Badaró, por sua vez, enfatiza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Para ele, caso o investigado tenha cumprido substancialmente as condições do ANPP, mas tenha descumprido alguma cláusula acessória, o retorno do processo penal deve considerar os benefícios já obtidos, a fim de evitar que a situação do réu seja desproporcionalmente agravada. Em um cenário em que o investigado já tenha cumprido, por exemplo, a indenização à vítima ou parte significativa da prestação de serviços comunitários, a perda de tais benefícios seria desarrazoada, visto que a reparação dos danos já teria ocorrido.³³

Um dos aspectos práticos mais relevantes na rescisão do ANPP é a questão da reparação dos danos à vítima. Nos casos em que o investigado tenha cumprido integralmente a indenização ou realizado serviços comunitários, é difícil justificar a reversão desses atos. Afinal, a vítima já foi compensada pelo prejuízo sofrido, e a prestação de serviços já cumprida contribuiu para a responsabilização do réu. O princípio da eficácia e da efetividade da reparação, portanto, leva à conclusão de que tais condições cumpridas não podem ser ignoradas, especialmente quando há evidência de que o réu se comportou de forma cooperativa, embora não tenha atendido a todas as exigências do acordo.³⁴

Embora a tendência seja a preservação das condições já cumpridas, há situações excepcionais que justificam a reversão das obrigações, especialmente em casos de fraude ou má-fé por parte do investigado. Por exemplo, se o investigado falsificou documentos, ocultou bens ou cometeu outros atos fraudulentos para burlar as condições do acordo, o Estado poderia, em tese, exigir a devolução dos benefícios, como uma forma de garantir a sanção de sua conduta desleal. Contudo, como apontado por Aury Lopes Jr., esse tipo de medida excepcional deve ser aplicado apenas em casos flagrantes de violação do acordo, uma vez que

³²GOMES, Renan Macedo Vilela. **A Teoria da Prova no Processo Penal Brasileiro: Análise Crítica e Perspectivas**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-teoria-da-prova-no-processo-penal-brasileiro-analise-critica-e-perspectivas/2636491641>. Acesso em: 20 out.2024

³³BADARÓ, Gustavo Henrique. **PROCESSO PENAL 9 ° edição revista, atualizada e ampliada**. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/95055/processo_penal_badaro_9.ed.pdf. Acesso em: 20 out.2024

³⁴SILVEIRA, Eraldo Ribeiro Aragão. **Acordo de Não Persecução Penal - Art. 28-A do CPP**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordo-de-nao-persecucao-penal-art-28-a-do-cpp/839865077>. Acesso em: 20 out. 2024

penalizar o investigado que agiu de boa-fé sem a devida cautela jurídica pode resultar em uma punição injusta e desproporcional.³⁵

A rescisão do ANPP traz consigo a retomada do processo penal, mas isso não significa que a situação do réu será exatamente igual à de antes da celebração do acordo. As condições cumpridas, como o pagamento de indenizações e a prestação de serviços à comunidade, podem ser levadas em consideração na dosimetria da pena, especialmente se o investigado tiver cumprido substancialmente as exigências. A doutrina de Badaró sugere que, mesmo com a rescisão do acordo, o cumprimento parcial das condições deve ser considerado como um atenuante, refletindo no valor da pena a ser imposta.³⁶

Esse entendimento busca evitar que o investigado sofra uma penalização excessiva, considerando os atos já cumpridos e as intenções demonstradas. A rescisão do ANPP, portanto, não implica necessariamente em um retrocesso completo na situação jurídica do réu, mas deve ser analisada com base nos princípios da justiça proporcional e da razoabilidade.³⁷

A rescisão de um Acordo de Não Persecução Penal deve ser analisada com cautela, especialmente no que se refere ao destino das condições já cumpridas pelo investigado. A interpretação predominante é a de que, salvo em casos de fraude ou vícios processuais, as condições já cumpridas devem ser preservadas, uma vez que representam um cumprimento de boa-fé das obrigações acordadas. O processo penal será retomado, mas o impacto das condições já cumpridas deve ser considerado como um atenuante, com base nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Isso contribui para garantir que o sistema penal continue a proteger os direitos dos indivíduos, ao mesmo tempo que busca a efetividade da justiça.³⁸

O sistema jurídico brasileiro, ao prever a rescisão do acordo em caso de descumprimento, deve ponderar as condições já atendidas, evitando que o acusado sofra penalidades desproporcionais por obrigações que foram cumpridas corretamente. A rescisão não pode se tornar uma ferramenta punitiva indiscriminada, mas deve respeitar os princípios da proporcionalidade e da justiça, reconhecendo que o cumprimento de parte das condições pode evidenciar boa-fé e intenção de cooperação por parte do investigado.³⁹

³⁵GOMES, José Alexandre da Silva. **Acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/processo-penal/acordo-de-nao-persecucao-penal/>. Acesso em: 20 out. 2024

³⁶GOMES, José Alexandre da Silva. **Acordo de não persecução penal**. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/processo-penal/acordo-de-nao-persecucao-penal/>. Acesso em: 20 out. 2024

³⁷ Ibidem

³⁸PADILHA, Dimitre Carvalho. **Acordos de Não Persecução Penal: Tudo o que você precisa saber**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordos-de-nao-persecucao-penal-tudo-o-que-voce-precisa-saber/1190225602>. Acesso em: 20 out. 2024

³⁹ Ibidem

Além disso, a proteção das garantias constitucionais, como o devido processo legal e a dignidade da pessoa humana, deve ser preservada mesmo diante da rescisão do acordo. O direito do acusado de não ser prejudicado por ações que ele já tomou para cumprir sua parte no acordo deve ser uma prioridade. Assim, é fundamental que o sistema de justiça penal avalie as condições já cumpridas de forma equitativa, considerando as consequências que a rescisão pode gerar para o acusado.

Em resumo, a rescisão do Acordo de Não Persecução Penal deve ser uma medida ponderada, que leve em consideração as condições cumpridas e respeite os direitos fundamentais do réu. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a aplicação do ANPP não apenas atenda aos objetivos de celeridade e eficiência processual, mas também se ajuste aos princípios constitucionais que orientam o ordenamento jurídico brasileiro.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar de forma crítica os desdobramentos da confissão no contexto da rescisão do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) e os efeitos da rescisão no cumprimento das condições acordadas. A confissão, elemento essencial no ANPP, gera um impacto significativo no processo penal, principalmente quando ocorre a rescisão do acordo. O estudo demonstrou que a confissão, obtida sob a expectativa de benefícios processuais, pode ser vista sob a ótica dos princípios constitucionais, como o direito à não autoincriminação, e das normas que regulam as provas ilícitas no processo penal.

A análise revelou que a utilização da confissão após a rescisão do acordo gera controvérsias, sobretudo no que tange à sua admissibilidade e ao respeito aos direitos fundamentais do investigado. Ao mesmo tempo, a rescisão do ANPP levanta questões sobre a aplicação de princípios como a boa-fé processual e a proporcionalidade, especialmente no que se refere às condições já cumpridas pelo réu. A preservação das condições já atendidas pelo investigado, como a indenização à vítima ou a prestação de serviços comunitários, emerge como uma solução justa e razoável, uma vez que essas ações contribuíram para a reparação dos danos e para a efetividade da justiça.

Dessa forma, o estudo conclui que a rescisão do ANPP não deve resultar em um retrocesso completo na situação jurídica do réu, mas sim ser analisada de forma a respeitar as condições cumpridas e garantir que a justiça penal seja aplicada de maneira equilibrada e proporcional. A evolução jurisprudencial e a adaptação das interpretações doutrinárias sobre a confissão no ANPP e suas implicações continuam a ser fundamentais para a construção de um sistema penal que concilie a eficiência processual e a proteção dos direitos fundamentais.

A discussão sobre o valor da confissão e os efeitos da rescisão do acordo é crucial para garantir que o sistema de justiça penal brasileiro funcione de forma justa, sem prejudicar desproporcionalmente os acusados que atuaram de boa-fé.

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) trouxe uma inovação significativa ao sistema penal brasileiro ao possibilitar a resolução mais célere de casos de crimes de menor gravidade, promovendo uma alternativa à persecução penal tradicional. O instituto visa a redução da sobrecarga do sistema judiciário, ao mesmo tempo em que possibilita uma resolução mais eficiente para o investigado, desde que este cumpra as condições acordadas com o Ministério Público. No entanto, ao tratar de aspectos como a confissão e a rescisão do acordo, surgem questões complexas que desafiam a compatibilidade entre o processo penal eficiente e a proteção dos direitos fundamentais do acusado, especialmente no que tange à garantia do direito de não se autoincriminar.

Primeiramente, a confissão como um dos requisitos do ANPP levanta a reflexão sobre o equilíbrio entre a busca pela verdade processual e os direitos constitucionais do réu. Embora a confissão seja um meio legítimo de reconhecer a autoria do crime, ela não deve ser imposta de maneira coercitiva, mas sim como uma decisão voluntária do acusado. No contexto do ANPP, a confissão é um dos requisitos para o acordo, mas não pode ser considerada uma confissão espontânea, uma vez que é condicionada à promessa de benefícios processuais. Nesse cenário, o receio é que o acusado se veja forçado a admitir a culpa para obter as vantagens oferecidas, o que coloca em risco o princípio do direito à não autoincriminação. A jurisprudência e a doutrina ainda buscam respostas para a forma de compatibilizar o direito de defesa com a eficácia do ANPP.

Quando o acordo é rescindido, a confissão previamente realizada pelo investigado se torna um tema de debate. O artigo 157, § 5º, do Código de Processo Penal, ao tratar das provas ilícitas, abre uma reflexão sobre a admissibilidade da confissão em casos de rescisão do ANPP, dado que ela foi realizada dentro de um contexto em que o réu visava obter benefícios e não como uma verdadeira manifestação de arrependimento ou colaboração com a justiça. Nesse contexto, a confissão poderia ser considerada inválida, uma vez que foi produzida com base em uma expectativa legítima de não ser usada em um processo punitivo. O princípio da boa-fé processual entra em cena, pois, uma vez cumpridas as condições acordadas, não se justifica que o réu seja penalizado por sua confissão, especialmente quando ele atuou de boa-fé, cumprindo as condições do acordo.

Além disso, a rescisão do ANPP levanta a questão das condições já cumpridas. O Código de Processo Penal, ao não dispor expressamente sobre o destino dessas condições,

gera um vácuo legislativo que tem sido objeto de interpretação. A doutrina sugere que, salvo em casos de fraude ou violação de boa-fé por parte do investigado, as condições já cumpridas devem ser mantidas. Isso se alinha ao princípio da razoabilidade, que busca evitar que o réu sofra uma penalização desproporcional por atos já cumpridos, como a indenização à vítima ou a prestação de serviços comunitários. A devolução de valores ou a reversão desses serviços não se justificaria, pois, a reparação dos danos já foi realizada, e a retomada do processo penal deve levar em consideração a efetividade das condições cumpridas.

Outro aspecto relevante na análise da rescisão do ANPP diz respeito à reincidência criminal e seus efeitos. A confissão de um crime pode ser usada como indicativo de reincidência em processos subsequentes, especialmente se o réu já tiver sido condenado por crimes semelhantes. No entanto, a confissão no contexto do ANPP, realizada em busca de uma vantagem processual, não deve ser interpretada de forma a agravar a situação do réu. A reincidência deve ser analisada com cautela, considerando o contexto da confissão e a real intenção do réu ao firmar o acordo.

Em um cenário de rescisão do ANPP, o processo penal é retomado, mas é fundamental que o sistema judicial observe os direitos do acusado e aplique os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. O cumprimento das condições do acordo deve ser considerado na dosimetria da pena, especialmente se o réu tiver cumprido substancialmente as exigências. A utilização da confissão, uma vez rescindido o acordo, deve ser cuidadosamente avaliada, garantindo que não haja violação aos direitos fundamentais do réu, como o direito de não se autoincriminar.

Por fim, o futuro do Acordo de Não Persecução Penal no Brasil passa pela continuidade do debate jurídico, com a jurisprudência e a doutrina buscando respostas para questões como a validade da confissão no caso de rescisão do acordo e o destino das condições já cumpridas. A interpretação do ANPP precisa equilibrar os objetivos de eficiência do processo penal com a preservação dos direitos do acusado, respeitando os princípios constitucionais que orientam o sistema jurídico brasileiro. O Acordo de Não Persecução Penal, ao lado de outras inovações no direito penal, deve ser constantemente reavaliado para que seu uso não prejudique as garantias fundamentais, mas também permita uma justiça penal mais ágil e eficaz.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Diego. Análise do artigo 28-A, do Código de Processo Penal. **Jusbrasil**, [s.l.], 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-do-artigo-28-a-do-codigo-de-processo-penal/2557052968>. Acesso em: 20 out. 2024.

BADARÒ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/95055/processo_penal_badaro_9.ed.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

BOAVENTURA, Thiago Henrique. Confissão no Processo Penal Brasileiro. **Jusbrasil**, [s.l.], 19 jan. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/confissao-no-processo-penal-brasileiro/419822004>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRANDÃO, Alessi. A inelegibilidade nos acordos de não persecução penal nos crimes eleitorais. **Consultor Jurídico**, [s.l.], 26 fev. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-fev-26/alessi-brandao-inelegibilidade-anpps-crimes-eleitorais/>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Institui o Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010**. Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Acordo de não persecução penal: a novidade do Pacote Anticrime interpretada pelo STJ. **STJ**, Brasília, DF, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/12032023-Acordo->

de-nao-persecucao-penal-a-novidade-do-Pacote-Anticrime-interpretada-pelo-STJ.aspx. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Um fato, diversas consequências: a independência e as implicações entre as esferas civil, penal e administrativa. **STJ**, Brasília, DF, 2024.

Disponível em:

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/18022024-Um-fato-diversas-consequencias-a-independencia-e-as-implicacoes-entre-as-esferas-civil-penal-e-administrativa.aspx>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARDOSO, Arthur Martins Andrade. Da confissão no acordo de não persecução penal.

Migalhas, [s.l.], 1 out. 2020. Disponível em:

<https://www.migalhas.com.br/depeso/334134/da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CAVALCANTI, João Gabriel Desiderato. Entenda a confissão e seu valor probatório no processo penal. **Jusbrasil**, [s.l.], 2 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entenda-a-confissao-e-seu-valor-probatorio-no-processo-penal/1330733669>. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA, Eduardo Souza. A (in)constitucionalidade da exigência da confissão no acordo de não persecução penal. **Jusbrasil**, [s.l.], 17 jun. 2022. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-in-constitucionalidade-da-exigencia-da-confissao-no-acordo-de-nao-persecucao-penal/1545536515>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GOMES, José Alexandre da Silva. Acordo de não persecução penal. **Investidura**, [s.l.], 23 ago. 2024. Disponível em: <https://investidura.com.br/artigos/processo-penal/acordo-de-nao-persecucao-penal/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOMES, Renan Macedo Vilela. A teoria da prova no processo penal brasileiro: análise crítica e perspectivas. **Jusbrasil**, [s.l.], 5 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-teoria-da-prova-no-processo-penal-brasileiro-analise-critica-e-perspectivas/2636491641>. Acesso em: 20 out. 2024.

NAGIMA, Irving Marc Shikasho. Da confissão no direito processual penal. **DireitoNet**, [s.l.], 12 ago. 2012. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7428/Da-confissao-no-direito-processual-penal>. Acesso em: 10 set. 2024.

NICOLAI, Thiago; FERREIRA, Renata Rodrigues de Abreu. A posição do STJ sobre a valoração da confissão no ANPP. **Consultor Jurídico**, [s.l.], 8 out. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-08/nicolaie-ferreira-stj-valoracao-confissao-anpp/>. Acesso em: 10 set. 2024.

PADILHA, Dimitre Carvalho. Acordos de não persecução penal: tudo o que você precisa saber. **Jusbrasil**, [s.l.], 7 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordos-de-nao-persecucao-penal-tudo-o-que-voce-precisa-saber/1190225602>. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVEIRA, Eraldo Ribeiro Aragão. Acordo de não persecução penal - Art. 28-A do CPP. **Jusbrasil**, [s.l.], 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/acordo-de-nao-persecucao-penal-art-28-a-do-cpp/839865077>. Acesso em: 20 out. 2024.